

NEWSLETTER DIGESTO N.º 10/2018

Disponibilização: 21 de maio de 2018

Período abrangido: 7 a 18 de maio de 2018



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Administração e Políticas Públicas
2. Agricultura
3. Ambiente
 - Ambiente e Conservação da Natureza
 - Florestas e Desenvolvimento Rural
4. Animais
5. Cultura
6. Direitos, Liberdades e Garantias
 - Igualdade e Inclusão
7. Economia
 - Atividade Económica
 - Comunicações
 - Inovação e Empreendedorismo
8. Educação e Ensino Superior
9. Finanças
 - Finanças Públicas e Orçamento
 - Sistema Financeiro
10. Justiça
 - Decisões e Pareceres
11. Mar
12. Modernização Administrativa

- 13. Negócios Estrangeiros
 - Negócios Estrangeiros e Cooperação
- 14. Obras Públicas
- 15. Órgãos de Soberania
 - Assembleia da República
- 16. Regiões Autónomas
 - Açores
- 17. Saúde
- 18. Segurança Social

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

[Decreto-Lei n.º 30/2018, de 7 de maio](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece as regras a que devem obedecer as aquisições de serviços de viagens e alojamento no âmbito de deslocações em serviço público.

[Decreto-Lei n.º 34/2018, de 15 de maio](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece os termos da integração dos trabalhadores da Administração Pública que prestam serviço nos programas operacionais, nos organismos intermédios e no órgão de coordenação dos fundos europeus.

2. AGRICULTURA

[Portaria n.º 130/2018, de 9 de maio](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 26/2017, de 13 de janeiro, que estabelece as regras complementares relativas à designação, apresentação e rotulagem dos produtos do sector vitivinícola.

[Despacho n.º 4585/2018, de 10 de maio](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Determina as tarifas de referência para cálculo do apoio previstas no Regulamento do Seguro de Colheitas e da Compensação de Sinistralidade.

3. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030).

[Aviso n.º 6147/2018, de 10 de maio](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Publica Aviso tendente a apoiar a Economia Circular nas Compras Públicas Ecológicas (CIRCULAR-compras públicas).

[Despacho n.º 4707/2018, de 14 de maio](#)
(Economia e Ambiente - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente)

Estabelece as capitações de retoma por material, por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos e a nível global, para os anos de 2018 e 2019.

[Despacho n.º 4833/2018, de 16 de maio](#)
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Altera o Aviso n.º 5573/2018, de 24 de abril, tendente a apoiar a Economia Circular no setor da construção (CIRCULAR - Construção).

- FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2018, de 8 de maio](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o programa Chave na Mão - Programa de Mobilidade Habitacional para a Coesão Territorial.

4. ANIMAIS

[Despacho n.º 4417/2018, de 7 de maio](#)

(Finanças, Administração Interna e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento, das Autarquias Locais e da Agricultura e Alimentação)

Prorroga até 15 de maio de 2018 o prazo previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Despacho n.º 3321/2018, de 4 de abril de 2018, para apresentação de candidaturas à concessão de incentivos financeiros para a construção e modernização dos centros de recolha oficial de animais de companhia.

[Despacho n.º 4750/2018, de 15 de maio](#)

(Finanças, Administração Interna e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento, das Autarquias Locais e da Agricultura e Alimentação)

Altera o Despacho n.º 3321/2018, de 4 de abril de 2018, que aprova o programa de apresentação de candidaturas à concessão de incentivos financeiros para a construção e modernização dos centros de recolha oficial de animais de companhia (CRO), e prorroga até ao dia 31 de maio de 2018 o prazo previsto no n.º 1 do artigo 8.º do referido Despacho.

5. CULTURA

[Aviso n.º 6475-B/2018, de 15 de maio](#)
(Cultura - Direção-Geral das Artes)

Torna público que o montante financeiro global disponível no âmbito do Programa de Apoio Sustentado na área do Teatro, nas modalidades bienal e quadrienal, é objeto de um reforço financeiro.

[Decreto-Lei n.º 35/2018, de 18 de maio](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho, que cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.

6. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- IGUALDADE E INCLUSÃO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2018, de 7 de maio](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Programa Da Habitação ao Habitat, assente em intervenções-piloto que visam testar e tirar conclusões sobre soluções de governança integradas, participadas e inovadoras, ao nível metodológico, conceptual e operacional, da atuação pública em bairros de arrendamento públicos, passíveis de serem aplicadas a outros territórios similares, com vista à melhoria global das condições de vida dos moradores e a uma maior coesão e integração socioterritorial destes bairros.

7. ECONOMIA

- ATIVIDADE ECONÓMICA

[Decreto-Lei n.º 31/2018, de 7 de maio](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Altera o Decreto-Lei n.º 135-B/2017, de 3 de novembro, que aprova o Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas, com o objetivo de recuperação dos ativos empresariais afetados pelos incêndios ocorridos no dia 15 de outubro de 2017 nas regiões Centro e Norte.

[Portaria n.º 132/2018, de 11 de maio](#) (Finanças)

Altera o Regulamento de Gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique, criado através do Decreto-Lei n.º 42/2010, de 30 de abril.

- COMUNICAÇÕES

[Regulamento n.º 257/2018, de 8 de maio](#) (Autoridade Nacional de Comunicações)

Altera, e republica, o Regulamento n.º 58/2005, de 18 de agosto (Regulamento da Portabilidade).

- INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

[Portaria n.º 131/2018, de 10 de maio](#) (Economia)

Estabelece as regras e modelo aplicáveis ao procedimento de comunicação prévia de início de atividade das plataformas de financiamento colaborativo nas modalidades de donativo e/ou com recompensa consagradas na Lei n.º 102/2015, de 24 de agosto, que define o regime jurídico do financiamento colaborativo.

8. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Despacho n.º 4523-A/2018, de 8 de maio](#)

(Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação)

Determina o calendário de adoção de manuais escolares para 2018 e altera o Despacho n.º 11421/2014, de 11 de setembro, que regulamenta os procedimentos de avaliação e certificação dos manuais escolares.

[Deliberação n.º 586/2018, de 11 de maio](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Publica Deliberação relativa à candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro - 2019-2020.

[Deliberação n.º 587/2018, de 11 de maio](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Divulga alterações de elencos de provas de ingresso para as candidaturas de 2019, 2020, 2021.

[Resolução n.º 1/2018, de 15 de maio](#)

(Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior)

Determina a fixação do período de validade da acreditação de ciclos de estudos.

[Portaria n.º 140/2018, de 16 de maio](#)

(Finanças e Educação)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 224-A/2015, de 29 de julho, que define o regime de concessão do apoio financeiro por parte do Estado, às entidades titulares de autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino artístico especializado de música, dança e artes visuais e audiovisuais da rede do ensino particular e cooperativo.

[Despacho n.º 4907/2018, de 17 de maio](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior)

Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de outubro, que regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior, no ano letivo de 2018-2019.

9. FINANÇAS

- FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

[Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018.

[Portaria n.º 139/2018, de 16 de maio](#)

(Finanças)

Fixa a percentagem de receitas do Fundo de Estabilização Tributário (FET) do ano de 2017.

[Despacho n.º 4943/2018, de 18 de maio](#)

(Negócios Estrangeiros e Finanças - Gabinetes do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)

Aprova a percentagem dos rendimentos brutos da categoria A auferidos pelo desempenho no estrangeiro de funções ou comissões de carácter público ao serviço do Estado Português não sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para cada país.

- SISTEMA FINANCEIRO

[Portaria n.º 124/2018, de 7 de maio](#)
(Finanças)

Define os requisitos e as condições aplicáveis ao seguro de responsabilidade civil previsto no artigo 7.º da Lei n.º 153/2015, de 14 de setembro, que regula o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro da área bancária, mobiliária, seguradora e resseguradora e dos fundos de pensões.

[Lei n.º 21/2018, de 8 de maio](#)
(Assembleia da República)

Altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários, adequando o regime de serviços mínimos bancários às necessidades dos clientes bancários.

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 4/2018-R, de 11 de maio](#)
(Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

Aprova as condições gerais e especiais uniformes do seguro de colheitas horizontal e as condições gerais uniformes de vários seguros especiais.

[Relatório n.º 4/2018, de 15 de maio](#)
(Banco de Portugal)

Publica o Balanço e Contas do Banco de Portugal relativos ao ano de 2017.

10. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 225/2018, de 7 de maio](#)
(Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das seguintes normas da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho: dos n.os 4, 10 e 11 do artigo 8.º, e, conseqüentemente, das normas dos n.os 2 e 3 do mesmo artigo, na parte em que admitem a celebração de negócios de gestação de substituição a título excecional e mediante autorização prévia; do n.º 8 do artigo 8.º, em conjugação com o n.º 5 do artigo 14.º da mesma Lei, na parte em que não admite a revogação do consentimento da gestante de substituição até à entrega da criança aos beneficiários; conseqüentemente, do n.º 7 do artigo 8.º; do n.º 12 do artigo 8.º; das normas do n.º 1, na parte em que impõe uma obrigação de sigilo absoluto relativamente às pessoas nascidas em consequência de processo de procriação medicamente assistida com recurso a dádiva de gâmetas ou embriões, incluindo nas situações de gestação de substituição, sobre o recurso a tais processos ou à gestação de substituição e sobre a identidade dos participantes nos mesmos como dadores ou enquanto gestante de substituição, e do n.º 4 do artigo 15.º; não declara a inconstitucionalidade das normas dos restantes artigos da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, mencionados no pedido; determina que os efeitos da declaração de inconstitucionalidade não se apliquem aos contratos de gestação de substituição autorizados pelo Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida em execução dos quais já tenham sido iniciados os processos terapêuticos de procriação medicamente assistida a que se refere o artigo 14.º, n.º 4, da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho.

[Acórdão \(extrato\) n.º 123/2018, de 15 de maio](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma extraída dos n.os 4 e 5 do artigo 46.º do Regime Sancionatório do Setor Energético (RSSE), aprovado pela Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, a qual determina que a impugnação judicial das decisões finais condenatórias aplicativas de coima da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos em processo de contraordenação tem, por regra, efeito meramente devolutivo, ficando a atribuição de efeito suspensivo condicionada à prestação de caução substitutiva e à verificação de um prejuízo considerável, para a impugnante, decorrente da execução da decisão.

[Acórdão \(extrato\) n.º 157/2018, de 15 de maio](#)
(Tribunal Constitucional)

Não declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do n.º 2 do artigo 1.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação conferida pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho; não declara a ilegalidade da norma referida.

[Acórdão \(extrato\) n.º 187/2018, de 15 de maio](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a interpretação normativa dos artigos 2.º e 3.º, n.º 1, da Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro, segundo a qual o titular do direito de propriedade industrial não pode demandar o titular de Autorização de Introdução no Mercado ou o requerente de pedido de AIM, nos termos e para os efeitos previstos na mesma Lei, para além do prazo de trinta dias, a contar da publicação, através da página eletrónica do Infarmed, a que se refere o artigo 15.º-A do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, na redação conferida pela Lei n.º 62/2011.

11. MAR

[Portaria n.º 125/2018, de 8 de maio](#)
(Finanças e Mar)

Regulamenta o regime e o montante da caução destinada a garantir a manutenção das condições físico-químicas e biológicas do meio marinho e a assegurar, no momento da cessação do direito de utilização privativa, a remoção das obras e das estruturas móveis inseridas na área ou no volume afetos ao título.

[Portaria n.º 128/2018, de 9 de maio](#)
(Finanças e Mar)

Regulamenta o valor base das componentes da taxa de utilização privativa do espaço marítimo nacional (TUEM) e a sua fórmula de cálculo.

12. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Decreto-Lei n.º 32/2018, de 8 de maio](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980.

13. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

[Aviso n.º 53/2018, de 7 de maio](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Acordo Europeu relativo às Pessoas que intervenham em Processos perante o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 5 de março de 1996.

[Aviso n.º 54/2018, de 8 de maio](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público ter sido recebida a 26 de março de 2018, pelo Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem, a notificação da República Portuguesa, confirmando a conclusão do cumprimento dos requisitos de direito interno para entrada em vigor do Acordo de Sede entre a República Portuguesa e o Tribunal Permanente de Arbitragem, assinado em Lisboa, em 16 de junho de 2017.

Resolução da Assembleia da República n.º 124/2018, de 11 de maio
(Assembleia da República)

Aprova o Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha através do qual se estabelece a linha de fecho das desembocaduras dos rios Minho e Guadiana e se delimitam os troços internacionais de ambos os rios, assinado em Vila Real, a 20 de maio de 2017.

14. OBRAS PÚBLICAS

Aviso n.º 6575/2018, de 17 de maio

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes aos meses de abril, maio e junho de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.

Aviso n.º 6576/2018, de 17 de maio

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.

15. ÓRGÃOS DE SOBERANIA

- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

[Resolução da Assembleia da República n.º 123/2018, de 8 de maio](#)
(Assembleia da República)

Regula a política geral de segurança da informação da Assembleia da República.

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2018/A, de 8 de maio](#)
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Cria a Comissão de Acompanhamento das Políticas Sociais.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2018/A, de 8 de maio](#)
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Regulamenta o procedimento para assistência jurídica ao pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na Região Autónoma dos Açores.

[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2018/A, de 11 de maio](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Altera (quinta alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores, e altera (quinta alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2003/A, de 11 de março, que estabelece normas de polícia administrativa para a Região Autónoma dos Açores.

[Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/A, de 16 de maio](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Altera (segunda alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, de 24 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Gestão do Património Arqueológico.

17. SAÚDE

[Despacho n.º 4429/2018, de 7 de maio](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Estabelece o modelo de governação aplicável ao Plano Nacional de Saúde (PNS) e aos Programas de Saúde Prioritários integrados neste Plano.

[Despacho n.º 4703/2018, de 14 de maio](#)
(Saúde - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e da Secretária de Estado da Saúde)

Determina o direito ao acompanhamento gratuito pelo Serviço Nacional de Saúde às vítimas dos incêndios ocorridos entre os dias 17 e 24 de junho e 15 e 16 de outubro de 2017, nos concelhos identificados no anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2018, de 10 de janeiro.

[Portaria n.º 141/2018, de 18 de maio](#)
(Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 96/2014, de 5 de maio, que regulamenta a organização e funcionamento do Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV).

18. SEGURANÇA SOCIAL

[Aviso n.º 6492/2018, de 16 de maio](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)

Torna públicos os Planos Oficiais de Prémios da Lotaria Popular respeitantes ao 3.º trimestre de 2018.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão